

HABEAS CORPUS Nº 548.973 - CE (2019/0358524-4)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : PHABLO HENRIK PINHEIRO DO CARMO
ADVOGADO : PHABLO HENRIK PINHEIRO DO CARMO - CE032714
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : GEOVANI CARAUBA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

EMENTA

HABEAS CORPUS CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO LIMINAR EM PRÉVIO *writ*. INEVIDENTE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 691/STF.
Petição inicial indeferida liminarmente.

DECISÃO

Em razão do indeferimento do pedido liminar formulado no HC n. 0633006-43.2019.8.06.0000, que tramita no Tribunal de Justiça do Ceará, impetrou-se este *writ*, no qual se pretende o imediato relaxamento da prisão de **Geovani Caraubá dos Santos** nos Autos n. 0013057-84.2019.8.06.0064, da 2ª Vara Criminal da comarca de Caucaia/CE, ao argumento, em suma, de excesso de prazo para a análise acerca da legalidade do flagrante.

Alega-se, nessa linha, que o paciente está preso há mais de 10 dias sem que haja *decisão administrativa e/ou judicial que fundamente e sustente a referida prisão em flagrante* (fl. 5).

É o relatório.

Segundo a pacífica orientação jurisprudencial, salvo nas situações em que a negativa do pleito de urgência configure manifesta ilegalidade, é incabível a impetração de *mandamus* contra decisão indeferitória de providência liminar prolatada em feito da mesma natureza (Súmula n. 691/STF).

No caso em apreço, não me deparo com excepcionalidade capaz de justificar a superação do referido óbice, considerando, sobretudo, os termos em que proferida a decisão liminar no prévio *writ*.

Eis o que asseverou a Desembargadora Francisca Adelineide Viana, do Tribunal de Justiça do Ceará (fls. 12/14 – grifo nosso):

[...]

Com efeito, cumpre observar que, com base no que consta na exordial, **vislumbra-se situação tendente a ensejar indevido constrangimento ilegal, vez que não é aceitável que o paciente permaneça recolhido ao cárcere tão somente por força de sua prisão em flagrante, sem controle acerca da legalidade e necessidade de sua segregação cautelar.**

[...]

No entanto, não se aconselha a concessão da ordem, mormente em caráter liminar, nos moldes em que requestada pelo impetrante, o qual objetiva a soltura do paciente.

Isso porque, a meu ver, a ausência de realização de audiência de custódia não leva à liberdade do envolvido na investigação ou no processo-crime, mas à determinação no sentido de que a audiência ocorra.

Ademais, a ausência de realização, a tempo e modo, da audiência de apresentação, não retira do Juiz singular o poder-dever de averiguar adequadamente a presença dos pressupostos e requisitos da prisão preventiva.

Enfim, como se percebe, a não realização da audiência de custódia não acarreta a revogação da prisão preventiva, mas apenas a determinação de que seja realizada. Incabível, dessa forma, o deferimento do pedido liminar nos moldes em que requerido na inicial, ou seja, com o relaxamento da prisão e imediata soltura do paciente.

No caso, **em consulta ao espelho processual do processo de origem, vê-se que há data aprazada para a realização da audiência de custódia (dia 4 de dezembro de 2019), oportunidade em que, todavia, o paciente estará detido em flagrante há 16 (dezesesseis) dias, não se mostrando razoável.**

Assim, à similaridade do determinado pelo exmo. Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, no bojo da Reclamação n. 35.148/CE, em caso correlato, mister que se determine a imediata realização de audiência de custódia em favor do paciente, vez que extrapolado o prazo previsto em tese firmada em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de n. 347/DF.

Diante do exposto, indefiro o pedido de concessão de medida em caráter liminar, nos moldes em que requestada pelo impetrante, **porém, DE OFÍCIO, CONCEDO ordem de *habeas corpus*, para determinar que o juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia realize, no prazo impreritável de 24 (vinte e quatro) horas, a necessária audiência de custódia nos autos de origem em relação ao paciente.**

[...]

À primeira vista, mostra-se suficiente para afastar o constrangimento ilegal por excesso de prazo a determinação de que se realize imediatamente a necessária audiência de

Superior Tribunal de Justiça

custódia.

Seja como for, não há decisão de mérito. Convém aguardar o trâmite regular do *habeas corpus* na origem, a fim de permitir que o órgão competente analise em maior profundidade o tema levantado naquela impetração.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** a petição inicial (art. 210 do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator